

Giselle Gomes Bezerra

Processo Administrativo Disciplinar

**Os Limites da Exigibilidade
do Contraditório e da Ampla Defesa**

Prefácio

Prof^o Edmir Netto de Araújo



São Paulo – SP
2013

Walter Penninck Caetano
Diretor

Processo Administrativo Disciplinar

Os Limites da Exigibilidade do Contraditório e da Ampla Defesa

Trabalho elaborado por
Giselle Gomes Bezerra

Revisão:

Vanessa Fasson
Walquíria Schäfer Balducci

Edição/Diagramação:
Régis Zerbini Cipullo

Arte da capa: Alexandre Grampa
Impressão: Top Data S/C

Acabamento: Mageart Gráfica e Editora Ltda.

B574a

Bezerra, Giselle Gomes. Processo Administrativo Disciplinar: Os limites da exigibilidade do contraditório e da ampla defesa/Giselle Gomes Bezerra. – São Paulo, 2013. 144p.
SÃO PAULO/2013

ISBN 978-85-66331-01-1

1. Processo administrativo. 2. Processo administrativo – Brasil.

CDU: 35:077.3 (081)

Índices para catálogo sistemático

1. Processo Administrativo – Brasil 2. Processo Administrativo
3. Direito Administrativo – Brasil

Elaboração e Distribuição Exclusiva

Conam – Consultoria em Administração Municipal Ltda.

São Paulo

Rua Marquês de Paranaguá, 348 – 7º andar
Consolação – 01303-050
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3218-1400 / Fax: (11) 3218-1401
e-mail: conam@conam.com.br

Salvador

Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade, salas 606 e 607
Caminho das Árvores – CEP: 41820-774
Salvador – BA
Tel.: (71) 3018-3206
e-mail: conam.nordeste@conam.com.br

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I	
O Processo Disciplinar no Âmbito da Administração Pública	17
1.1. Breve evolução legislativo-histórica do Processo Disciplinar no Brasil.....	17
1.2. Panorama legislativo federal vigente do Processo Administrativo Disciplinar	29
1.3. Da unicidade e da duplicidade de jurisdição	41
1.3.1. Da coisa julgada e da coisa julgada administrativa	42
1.3.2. Dos sistemas jurisdicionais.....	46
1.3.3. O sistema de monopólio jurisdicional pelo Poder Judiciário – <i>una lex, una jurisdictio</i>	47
1.3.4. O sistema de duplicidade jurisdicional.....	49
1.4. Conceito de Processo Administrativo.....	51
1.5. O Processo Disciplinar e seu paralelo com o Direito do Trabalho.....	56
Capítulo II	
Processualística Administrativa Disciplinar	59
2.1. Modalidades do Processo Disciplinar e suas fases	65
2.1.1. Sindicância Averiguatória.....	75
2.1.2. Sindicância Disciplinar	80
2.1.3. Processo Administrativo Disciplinar	83

2.2. Princípios constitucionais e administrativos que norteiam o Processo Disciplinar	85
2.2.1. Princípio da publicidade	87
2.2.2. Princípio do informalismo ou formalismo moderado..	89
2.2.3. Princípio da verdade material	90
2.2.4. Princípios previstos na Lei Federal nº 9.784/99	92
2.2.5. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa	93

Capítulo III

Limites do Contraditório e da Ampla Defesa

no Processo Disciplinar	107
--------------------------------------	-----

3.1. Inaplicabilidade do Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	113
3.2. Exigibilidade do Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	116
3.3. Posicionamento jurisprudencial sobre a questão	119

Conclusão	127
------------------------	-----

I) Do panorama legislativo brasileiro do Processo Administrativo Disciplinar	127
--	-----

II) Da competência municipal para tratar sobre o Processo Disciplinar	128
---	-----

III) A coisa julgada administrativa e o conceito de processo disciplinar	129
--	-----

IV) Da diferença existente entre os procedimentos em Processo Disciplinar.....	129
--	-----

V) A ampla defesa e o contraditório em sede de Processo Disciplinar.....	130
--	-----

VI) Sobre os limites da aplicação da ampla defesa e do contraditório em Processo Disciplinar	131
--	-----

Bibliografia	133
Índice Remissivo	139